



SAÚDE

Fiocruz alerta: doença respiratória aumenta

14 estados tiveram avanço nas últimas 6 semanas entre adultos. Para pesquisadores, não utilização de máscaras favoreceu

» MARIA EDUARDA ANGELI*

O boletim InfoGripe, publicado semanalmente pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), alerta para o possível crescimento no número de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em adultos. De acordo com os dados divulgados ontem, 14 estados apresentaram aumento de diagnósticos da doença nas últimas seis semanas. O resultado acendeu a luz amarela dos pesquisadores, pois a tendência de elevação estava sendo verificada somente em crianças (zero a 11 anos).

A constatação veio a partir de informações inseridas no Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) ao longo de abril — veja gráfico. De acordo com pesquisadores, o não uso da máscara é um dos principais fatores para o crescimento do número de casos. O retorno das aulas presenciais turbinou a disseminação do vírus.

“A gente observa uma mudança de comportamento importante, e preocupante, infelizmente. Porque a gente tinha, desde fevereiro até fim de março, um crescimento muito específico nas internações por problemas respiratórios no público infantil, mas associados a outros vírus respiratórios, que aproveitaram esse momento de relaxamento do uso de máscara, de volta às aulas presenciais, para chegar nessas crianças”, detalhou Marcelo Gomes, coordenador do InfoGripe.

As unidades que registraram elevação nos casos de SRAG foram Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio

Casos de SRAG* nas últimas semanas epidemiológicas

Número de diagnósticos em adultos vinha apresentando queda, mas a incidência em crianças aumentava. Agora, os maiores de idade são os mais afetados



Valdo Virgo/CB/D.A. Press

*SRAG — Síndrome Respiratória Aguda Grave

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. Para Gomes, o levantamento pode servir de indício para a relação dos casos de SRAG com os de covid-19 ou com uma retomada de incidência do vírus Influenza A, responsável pela gripe.

“É justamente o fato de isso estar acontecendo agora na população adulta que acende um alerta, porque nessa faixa etária o mais provável é que o crescimento esteja associado à covid. Isso porque esses outros vírus respiratórios que estavam afetando as crianças dificilmente desencadeiam um quadro grave na população adulta que acabe

necessitando de internação, isso acontece geralmente com a covid”, explicou.

Cenário pior

O infectologista Hemerson Luz acrescenta que o cenário pode piorar com a chegada do inverno, a partir de junho. Em quadros mais graves, quando o paciente com Síndrome Gripal (SG) evolui para SRAG, os sintomas podem incluir falta de ar ou desconforto para respirar, sensação de pressão no peito, queda na saturação de oxigênio e coloração azulada de lábios ou rosto (cianose).

Luz ressalta, ainda, que a máscara deve ser utilizada por todas as pessoas que tenham algum sintoma da SG. Para ele, eventos com aglomeração em locais de ventilação precária devem ser evitados devido ao risco de circulação dos vírus causadores da SRAG.

“O uso da máscara deve ser incentivado entre as pessoas com suspeita de um quadro de síndrome gripal e entre as pessoas que não fizeram reforço da vacina ou não se vacinaram, principalmente acima de 70 anos ou portadores de doenças que alterem o sistema imunológico”, disse.

Reprodução



Médico terá liberdade para decidir se atende a distância

Teleconsulta regulada

» ISABEL DOURADO*

O Conselho Federal de Medicina regulamentou, ontem, a telemedicina, ao divulgar as normas para a prática do atendimento de pacientes a distância. A procura para esse tipo de consulta cresceu durante a pandemia de covid-19, mas, a exemplo do ensino virtual, divide a opinião entre os especialistas.

Segundo o CFM, as consultas presenciais e a distância deverão custar o mesmo valor, pois a entidade entende que as duas modalidades têm a mesma complexidade. A resolução também insinua a obrigatoriedade de um termo de consentimento assinado por médico e paciente que deixem claros os limites da consulta, que ambos estão de acordo com a modalidade e a transmissão de

suas imagens e dados — que devem seguir as definições da Lei Geral de Proteção de Dados.

Porém, a resolução do CFM deixa claro que a telemedicina é considerada “ato complementar” e que o mais indicado será sempre a consulta presencial. Além disso, a entidade estabelece que para “doenças crônicas ou doenças que requirem acompanhamento por longo tempo” o correto será o atendimento realizado com médico e paciente frente a frente.

Além disso, o médico terá a autonomia de decidir se utiliza ou recusa a teleconsulta, indicando o atendimento presencial sempre que entender que seja necessário.

*Estagiárias sob a supervisão de Fábio Grecchi

CULTURA

Lei Aldir Blanc é vetada na íntegra

O presidente Jair Bolsonaro (PL) vetou, integralmente, a Lei Aldir Blanc 2, que propunha que a União repassasse, anualmente, por cinco anos, R\$ 3 bilhões a estados e municípios a fim de fomentar a cultura — um dos setores mais prejudicados pela pandemia. A justificativa para a rejeição total do texto, conforme publicado no *Diário Oficial da União (DOU)* de ontem, é de que o projeto aprovado no Congresso é “inconstitucional e contrário ao interesse público”.

“A proposição contraria o interesse público ao retirar a autonomia do Poder Executivo federal em relação à aplicação dos recursos, enfraquece as regras de priorização, monitoramento, controle, eficiência, gestão e transparência elaboradas para auditar os recursos federais e a sua execução, de modo que haveria uma ingerência sobre a fiscalização e a gestão de prestação de contas de projetos culturais”, diz a justificativa do veto.

O projeto de lei, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), tramitou sem problemas pelas duas casas do Congresso. De acordo com fontes do Legislativo, são grandes as chances de

o veto ser derrubado na sessão conjunta prevista para analisar os textos rejeitados pelo presidente, na próxima semana.

Para políticos da oposição, a decisão de Bolsonaro já era esperada — tanto que compararam com o veto aplicado à **Lei Paulo Gustavo**. Jandira Feghali manifestou a indignação com a decisão do presidente no Twitter.

“A Lei Aldir Blanc foi vetada por um único motivo: ela liberta e empodera quem faz e quem usufrui da nossa riqueza cultural. Isso essa gente que ocupa o poder não tolera. Lutemos pela derrubada do veto! Lutemos pela cultura”, conclamou.

Também pelo Twitter, o deputado federal Bohn Gass (PT-RS) antecipou sua posição pela derrubada do veto. “Esse desgoverno tem horror à cultura. E a quem produz cultura”, criticou.

Falta de prioridade

Eduardo Barata, que é produtor cultural e presidente da Associação dos Produtores de Teatro no Rio de Janeiro (APTR), publicou nas redes sociais que “a

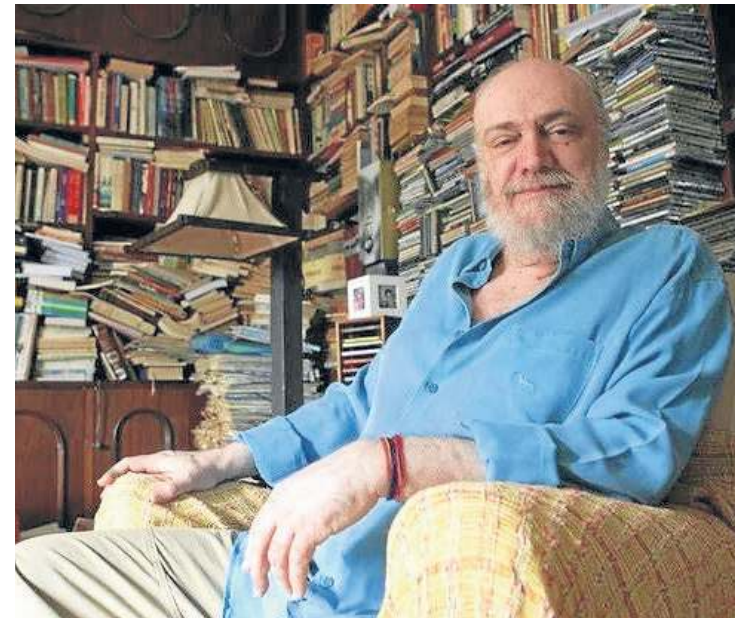
Tábua de salvação

A Lei Paulo Gustavo assegura o investimento de R\$ 2,79 bilhões ao setor audiovisual e R\$ 1,06 bilhão para outros projetos culturais. A proposta pretende dar alívio econômico ao setor. Os recursos viriam do Fundo Nacional de Cultura e do Fundo Setorial do Audiovisual e seriam destinados aos estados e municípios. Segundo o presidente Jair Bolsonaro (PL), a lei serviria para governadores repassarem dinheiro para “figurões” que, segundo ele, foram prejudicados por mudanças na Lei Rouanet.

valorização do setor artístico não é uma prioridade do atual governo, que vem desconstruindo as políticas públicas existentes. No último mês, Bolsonaro vetou o PLP 73/21, batizado de Lei Paulo Gustavo. Os argumentos para os vetos não se sustentam. O governo tem usado o dinheiro de impostos e do segmento cultural para promover o armamento”.

O pré-candidato à Presidência Ciro Gomes (PDT) se manifestou sobre o veto de Bolsonaro. “Ato de puro gangsterismo dos que sacam a pistola quando ouvem a

Fábio Motta/Estadão Conteúdo



Blanc, morto pela covid-19 em maio de 2020, dá nome à Lei

palavra cultura. O Congresso tem que exercer seu poder e derrubar o veto”, cobrou.

A Lei Aldir Blanc 2 trazia mudanças para outro projeto de mesmo nome, que tratava das políticas para o setor durante a pandemia. O texto rejeitado estabelecia que os R\$ 3 bilhões da União deveriam ser enviados, em uma única parcela, a estados e municípios. A divisão do recurso seria feito da seguinte forma: 80% iriam para editais, chamadas públicas, cursos, produções, atividades artísticas que possam

ser transmitidas pela internet, além de servir para manter espaços culturais. Os outros 20% seriam para programas e projetos cujo objetivo seja democratizar a cultura.

Levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) entre o terceiro trimestre de 2020 e o segundo de 2021 mostra que o setor cultural criou 340 mil postos de trabalho. Mas, apesar da retomada, não houve uma recuperação total de empregos, como nos níveis verificados em 2019. (ID*)

Derrubada Lei Orlando Brito

O presidente Jair Bolsonaro (PL) também vetou integralmente a Lei Orlando Brito — que propõe a isenção de imposto de equipamentos importados para uso exclusivo no exercício da profissão de fotógrafo e cinegrafista. A decisão também foi publicada na edição de ontem do *Diário Oficial da União (DOU)*.

Após ouvir os ministérios da Economia e de Relações Exteriores, Bolsonaro justificou a rejeição do texto alegando contrariedade ao interesse público, sem apresentação de estimativa do impacto e de medidas compensatórias necessárias. Aprovado no Senado em março, o PLC 141/2015 é de autoria do deputado licenciado Rodrigo Maia (sem partido-RJ) e foi relatado pelo senador Esperidião Amin (PP-SC).

Conforme estabelece o texto, a isenção alcançaria o Imposto de Importação, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e também as contribuições PIS/Pasep e Cofins. As isenções somente seriam concedidas aos equipamentos e materiais sem similar nacional e pelo prazo de cinco anos, a partir da publicação da lei.